



O Brasil no sorvedouro da crise estrutural do capital

Tatiana Fonseca Oliveira¹

Resumo

Este artigo visa fazer uma breve discussão sobre como a redução das políticas sociais está visceralmente ligada ao próprio processo de incontabilidade e irreformabilidade do sistema do capital. O Brasil nunca vivenciou a experiência do hoje falido Welfare State. Ao recuperar a sua particularidade histórica, de capitalismo tardio e dependente, é possível observar, por um lado, como as experiências petistas estavam fadadas à falência e, por outro, como essa restrição do assistencialismo estatal – e sua legislação trabalhista que apenas freia, mas não elimina a exploração do proletariado – está se realizando, devido à crise estrutural do capital, de forma extremamente violenta e acelerada no nosso país e no mundo.

Palavras chave: Brasil, capital, crise, Welfare State.

El Brasil en el precipicio de la crisis estructural del capital

Resumen

Este artículo pretende hacer una breve discusión sobre cómo la reducción de las políticas sociales está vinculada visceralmente al proceso mismo de incontabilidad e irreformabilidad del sistema del capital. El Brasil nunca ha experimentado la experiencia del hoy fallido Estado de Bienestar. Al recuperar su particularidad histórica, del capitalismo tardío y dependiente, es posible observar, por un lado, cómo las experiencias del PT fueron condenadas a la quiebra y, por otro lado, cómo esta restricción del assistencialismo estatal – y su ley laboral que solo ralentizan, pero no elimina la explotación del proletariado – se está llevando a cabo, ante la crisis estructural del capital, de manera extremadamente violenta y acelerada en nuestro país y en el mundo.

Palabras-clave: Brasil, capital, crisis, estado del bienestar.

Brazil in the wake of the structural crisis of capital

Summary

Este artículo pretende hacer una breve discusión sobre cómo la reducción de las políticas sociales está vinculada visceralmente al proceso mismo de incontabilidad e irreformabilidad del sistema del capital. El Brasil nunca ha experimentado la experiencia del hoy fallido Estado de Bienestar. Al recuperar su particularidad histórica, del capitalismo tardío y dependiente,

¹ Doutora em sociologia pela Unicamp, atualmente ensina na Université de Nice Sophia-Antipolis (França) / Membro da Université Côte d'Azur. Autora do livro Antonio Gramsci et la révolution socialiste : la philosophie de la praxis des manuscrits de prison à la lumière des problèmes de la Troisième Internationale. Paris : Harmattan, 2017. O livro foi também publicado no Brasil, em 2017, pelo Coletivo Veredas.

es posible observar, por un lado, cómo las experiencias del PT fueron condenadas a la quiebra y, por otro lado, cómo esta restricción del assistencialismo estatal – y su ley laboral que solo ralentizan, pero no elimina la explotación del proletariado – se está llevando a cabo, ante la crisis estructural del capital, de manera extremadamente violenta y acelerada en nuestro país y en el mundo.

Key words: Brasil, capital, crisis, estado del bienestar.

É inegável que nos governos PT, especialmente no período de Luis Inácio Lula da Silva – e ninguém pôde permanecer insensível àquele momento conjuntural –, foi destinada certa quantidade de riqueza material à população de baixa renda. Houve uma significativa redução da indigência e uma melhora na qualidade de vida de tantos trabalhadores brasileiros. Esse foi, sem dúvida, um dos aspectos que ajudou a solidificar a popularidade do presidente ex-operário, que determinou a sua reeleição em 2006 e, por consequência, a eleição da sua sucessora, Dilma Rousseff. Na primeira entrevista que concede no cárcere, realizada no dia 26 de abril de 2019, Lula não falta com a verdade quando declara: “[...] multiplicamos o PIB por quatro vezes, chegamos a 20 milhões de novos empregos formais, tiramos 36 milhões de pessoas da miséria, levamos quase 4 milhões de pessoas à Universidade, acabamos com a fome [...]”².

Todavia, é necessário perguntar: por que essas políticas sociais não foram duradouras? Quais os limites intrínsecos ao assistencialismo? Por que a fome voltou a assombrar famílias brasileiras? Por que o Estado, especialmente a partir dos anos de 1960/1970 e ainda que não certamente da mesma forma ou no mesmo ritmo em cada país da esfera terrestre, está submetido a um processo que tende a restringir cada vez mais as políticas sociais, ou o assistencialismo social?

Não defendemos aqui a ideia que o Brasil poderia, com uma continuidade dos governos PT, efetivar um regime de acumulação “coerente e sustentável” e que pudesse assim manter a longo prazo as suas política sociais. Não compactuamos com a ideia de que o Brasil tivesse com o Lula e a Dilma desenvolvido um “Estado pós-liberalista”, como afirmam alguns economistas brasileiros³. Uma ação do Estado mais eficaz e abrangente no atendimento das demandas sociais no velho estilo keynesiano não pode reverter a crise e assegurar um

² Primeira entrevista do ex-presidente Lula na prisão, realizada na sexta-feira (26), pelos jornalistas Monica Bergamo (Folha de S. Paulo) e Florestan Fernandes (El País). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=fdVRdNBuoHA>

³ Conferir os membros do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho (Cesit) do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Unicamp. Ler especialmente o artigo “O Brasil nos últimos vinte anos: em busca de um novo regime de acumulação” (Marcelo Manzano, Carlos Salas e Anselmo Luis dos Santos, 2014).

desenvolvimento social para todos.

É desde já necessário afirmar que a burguesia nacional, no período de Lula e Dilma, foi beneficiadora de uma riqueza muito superior àquela recebida pelos pobres (a exemplo dos ganhos do sistema bancário), e que a nação não estava, nem poderia estar, cavalcando para um desenvolvimento econômico próximo daquele dos países capitalistas centrais – esses também, é muito importante frisar, escancaradamente mergulhados na atual crise planetária do sistema capitalista.

O projeto reformista dos governos petistas não retomou, nem seria possível retomar, o projeto social-democrata de Reformas de Base do presidente João Goulart, deposto em 1964 pela ditadura, que visava um desenvolvimento econômico pautado por um grande intervencionismo estatal e de “compromisso social”, como nos países que formaram o *Welfare State*. Com Lula e Dilma, uma eficiente e substancial reforma agrária nunca esteve na ordem do dia, em parte devido à grande subalternidade desses governos à elite do *agrobusiness*, em parte devido à nova forma de acumulação de capital da era neoliberal. A “reforma” urbana, que teve como marca o programa que concedeu um número substancial de moradia intitulado *Minha casa, minha vida*, acabou muito prematuramente minguando – que o digam os milhões de sem-teto do Brasil. O anacrônico reformismo petista nunca esteve, nem poderia estar imune à estrutura constitutiva do desenvolvimento socioeconômico brasileiro, e muito menos à crise estrutural do capital⁴.

Ainda que a “governabilidade” do Partido dos Trabalhadores tivesse novamene vestido a farda do “pacto social”, ainda que tivessem esses representantes sido mais “progressistas” (ou assistencialistas) que os dos governos pós-ditadura (Sarney, Collor, Itamar Franco e FHC), ainda que várias reformas tenham sido feitas a favor da população brasileira, defendemos aqui a tese de que os grandes limites do reformismo teriam sido – como de fato aconteceu – inevitavelmente evidenciados e barrados. Basta observar como a grande maioria dos pobres e trabalhadores, que foram anteriormente favorecidos, hoje se encontram na lama ou sendo assassinados cotidianamente em número assustadoramente maior, sobretudo os trabalhadores e os pobres negros e negras que povoam, de forma preponderante, as favelas. A violência e o desemprego voltaram a crescer de forma estrondosa. É somente uma questão de verificar os dados, para constatar essa realidade.

Foi suficiente que a conjuntura internacional se tornasse desfavorável e que a crise do

⁴ Sobre a crise estrutural do capital, ler a monumental obra de István Mészáros, *Beyond Capital (Towards a Theory of Transition)*. London: Merlin Press, 1995. No Brasil, a obra foi traduzida e publicada pela Boitempo em 2002.

capital se tornasse ainda mais aguda, para que o pouco construído nos escassos anos de bonança fosse lançado ao solo; para que aumentasse ainda mais o número de desempregados (atualmente, segundo o IBGE, em torno de 27,6 milhões) e aquelas melhorias concedidas aos trabalhadores fossem suprimidas. É importante lembrar que o sorvedouro no qual se encontra hoje o país está ligado à crise crônica e estrutural do capital e já tinha começado a mostrar os seus efeitos – se considerarmos essas duas primeiras décadas do século XXI no Brasil – vertiginosamente degradantes ainda na época do comando petista.

O caráter de assistência dos governos PT somente na sua efêmera aparência foi positivo. Um de seus efeitos desastrosos foi o de gerar, por um lado, uma ulterior desorganização – ou despolitização – da classe trabalhadora e, por outro, o de transformá-la numa massa de dependentes dos favores governamentais e em consumidora banal (altamente impulsionada pelo crédito ao consumo à moda estadunidense) de mercadorias, sempre geradas pela produção destrutiva do sistema capitalista.

Ainda assim, e isso é surpreendente, as conquistas do petismo são, até este momento, uma referência a ser seguida. Trata-se, para os defensores do (anacrônico) desenvolvimentismo, de um projeto inacabado que deveria ser retomado, pois não há outra via. A cegueira é crônica e nem mesmo a clamorosa crise de desmantelamento em curso do *Welfare State* que atinge a Europa e os Estados Unidos, modelos de referência constante e atávica dos intelectuais do reformismo brasileiro, suscita dúvidas sobre essa maneira de conceber o país e o futuro da humanidade.

Esse apego ao reformismo não é um fenômeno atual, mas algo que foi construído durante quase todo o século XX e que ainda hoje é muito reafirmado e reforçado. Basta observar a história dos movimentos de esquerda e constatar como tanto os comunistas do passado, como os social-democratas, ou ainda os «eurocomunistas» e seus herdeiros hodiernos – que tanto influenciaram e influenciam o movimento proletário – concebem como única via de transformação social aquela que deve ser estabelecida através de um processo essencialmente político, como se o Estado (e a política) fosse o fundamento da sociedade, e não mais o trabalho⁵. Visão esta que impossibilita compreender o que é a crise estrutural do capital e, sobretudo, como efetivamente superá-la. Foi-nos possível observar como houve um deslocamento processual de uma concepção de luta que tinha como pilar o trabalho, e assim a

⁵ Estamos certamente falando aqui não do trabalho alienado, mas do trabalho na sua dimensão ontológica: o trabalho como produção-ação, como processo de produção e reprodução humana e da própria existência do ser social. Sobre essa discussão e sobre o debate de que para superar o trabalho alienado é necessário antes de tudo superar o capital enquanto relação social, ler Georges Lukács (2011, 2012)

emancipação humana, a uma forma de luta que considera a política como central⁶.

A formação da burguesia brasileira e as origens do desenvolvimentismo

Nas pesquisas desenvolvidas por um dos maiores estudiosos da história brasileira, Caio Prado Jr, restou esclarecido que o Brasil entra na rede de trocas capitalistas internacionais como uma economia agroexportadora escravista. A acumulação primitiva nacional, realizada na sua plenitude no século XIX, já era uma acumulação subordinada à acumulação ampliada do capital, feita pelos países já industrializados, como, por exemplo, a Inglaterra.

A produção escravista instalada no Brasil não consistia assim na formação de um modo de produção distinto do capitalista, mas se estruturava como um tipo específico de capitalismo. Até o momento da abolição da escravidão em 1888, a classe dominante brasileira era primordialmente agrária e senhorial-escravista. Contudo, pelo fato de essa economia agrária e exportadora estar inserida no circuito mundial capitalista, essa mesma classe dominante também passou a ter características empresarial-burguesas. Essa camada dominante foi impulsionada, por meio, inclusive, da recém-formada República – instituída por generais e proclamada bem distante da massa popular –, a viabilizar redes de comércio, financiamento de produção e de serviços infraestruturais (sobretudo o transporte), ou seja, a começar a promover um lento processo de modernização capitalista brasileira (Caio Prado Jr., 1968; Mazzeo, 1988).

Foi também evidenciado como a formação da burguesia industrial brasileira propriamente dita teve relação com a acumulação de capital originária da agricultura de exportação (sobretudo São Paulo, cuja indústria nasce a partir da própria trajetória do complexo cafeeiro). Todavia, como bem exemplificam as pesquisas de Jacob Gorender, muitos burgueses industriais não eram provenientes das fazendas, pois a circulação de capitais acumulados pela agricultura latifundiária em direção a outros setores da economia foi

⁶ Os partidos comunistas e os sindicatos, no século XX e em todo o mundo, direcionaram suas estratégias e táticas para ganhos imediatos, aguardando o inevitável fortalecimento do socialismo. Entendia-se que esse movimento atrairia, como centrífuga, a classe operária dos países capitalistas para o socialismo (para formar um bloco com os países do "socialismo real"). No entanto, através desse processo complexo e não linear, a classe trabalhadora e seus aliados potenciais (os comunistas de várias ascendências ou os social-democratas) foram educados para limitar suas lutas dentro do perímetro definido pelo capital e pelo Estado. E assim o horizonte revolucionário, uma perspectiva de superação radical do capital e do Estado, foi gradualmente substituído por um horizonte reformista. Isso, em nossa opinião, é a origem da desorientação do movimento proletário hoje. Ler sobre o tema : Alain Bihr (1991); Fernando Claudín (1970); Ivo Tonet e Adriano Nascimento (2009) e Ivo tonet (2014).

realizada por intermédio do sistema bancário e do grande comércio, já plenamente instalados no Brasil nessa época. Muitos grandes comerciantes, de modo particular os que se ocupavam de importações, transformaram-se em industriais, seja no Rio de Janeiro, seja em São Paulo, onde as redes comerciais eram capazes de gerar capitais e disponibilizá-los num processo de implementação industrial que será revigorado na segunda metade do século XIX (Gorender, 1981).

É importante considerar dois aspectos para entender a formação e a especificidade da burguesia nacional: 1) as primeiras indústrias “nacionais” foram originadas sob a marca do mercado mundial hegemônico pelos países imperialistas e, conseqüentemente, sob a completa dependência dos núcleos dinâmicos da economia mundial. Isso justifica o caráter de subordinação da burguesia local às grandes potências europeias; 2) em nenhum momento essa “nova” classe dominante capitalista rompeu com a arcaica camada dominante rural-exportadora – da qual muitos eram oriundos –, e conseqüentemente, nunca objetivou uma “revolução nacional democrática”, nem muito menos conglomerou uma força popular para tal empreitada.

Em outras palavras, muito embora existissem alguns interesses divergentes entre a parcela da classe dominante rural exportadora e a parcela da “nova” classe dominante capitalista (a dos grandes industriais), a gênese própria do capitalismo dependente brasileiro nunca fez com que essa “nova” classe dominante capitalista se opusesse integralmente aos interesses da camada agroexportadora de origem senhorial-escravista. Essa “nova” parcela da classe dominante nunca abraçou o projeto de uma nação democrático-burguesa, como no ecumênico caso francês.

Foi considerando esses aspectos que Florestan Fernandes, no seu célebre livro *A revolução burguesa no Brasil* (1979), chamou a atenção para o “padrão composto e articulado de hegemonia burguesa” que vai se delineando a partir dos anos de 1930 e toma um maior impulso na segunda metade dos anos de 1950. Esse padrão foi constituído porque, por um lado, a burguesia industrial teria se formado através uma associação com o capital acumulado proveniente da apropriação rural agroexportadora e, por outro, precocemente apresentou-se uma tendência à combinação de capitais nacionais e capital internacional, peculiar aos países de capitalismo tardio e dependente.

Embora não tenha rompido de forma radical com o padrão de dominação típico da arcaica parcela rural-exportadora e ainda que submissa aos interesses das grandes potências imperialistas, a classe burguesa brasileira não pode ser considerada “débil”, mais propriamente uma classe de caráter agudamente autocrático e sempre preparada a cooptações,

contrarrevoluções e golpes. Esse aspecto é fundamental para se fazer uma análise coerente sobre, por exemplo, a ditadura varguista (1937-1946), a ditadura militar (1964-1985), ou ainda o golpe que sofreu Dilma Rousseff em abril de 2016 e a prisão de Lula em abril de 2018.

Acreditou-se que um longo processo de industrialização brasileira poderia mudar o quadro de intercâmbio desigual entre o Brasil (essencialmente agroexportador) e os países que dominavam o mercado mundial (preponderantes na produção de bens de consumo). Com a crise econômica do período entre as duas guerras mundiais, o eixo de acumulação passa a ser o da indústria de bens de consumo e de sua expansão. O Plano de Metas de Juscelino Kubitschek, iniciado em meados da década de 1950, era a expressão desse anseio de desenvolvimento das elites brasileiras – e assim, de uma “nova forma” de acumulação de capital – e de todos que davam sustentação a esse modelo desenvolvimentista/populista.

A economia brasileira tinha enorme capacidade de acumulação, possível devido a uma alta exploração do trabalho, mas era substancialmente pobre em termos de maquinarias/equipamentos e tecnologias. A ausência de um substancial parque industrial exigia profundas transformações, na medida em que existia um esforço em aprofundar a divisão social do trabalho através da industrialização, podendo assim desencadear uma maior acumulação de capital através da apropriação da mais-valia absoluta e relativa (Karl Marx, 1985).

Foram fundamentais nesse processo não somente a presença ativa do Estado, como também do capital estrangeiro; esse último permitiu que a economia nacional potencializasse o trabalho vivo, aumentando a produtividade através da compra/incremento de capital constante (ou seja, através da importação de tecnologias, máquinas e equipamentos). O Estado, por sua vez e em vários pontos do mundo, ao investir nos setores produtivos, assume uma mais larga função na acumulação de capital; no caso brasileiro, no entanto, devido à sua base preponderantemente agrária, o Estado procura exercer essa função acumulativa, mas sem dinamizar a economia no incremento do consumo através do incentivo salarial, como ocorria nos países que vivenciavam a fase final do keynesianismo.

É importante considerar que a esfera estatal no transcorrer do século XX nunca se resumiu à gerência da contradição de classes e à promoção do aparelho repressivo, mas passou a ser, também, produtora de mercadorias e serviços, além de ser, e precocemente no caso brasileiro, o “socializador das perdas”. Em outras palavras, os investimentos no setor da produção brasileiro derivavam das aplicações de dinheiro público, e os juros da dívida externa (contraídos dos países centrais) são pagos pela sociedade em geral.

O antagonismo de classe intensifica-se no Brasil, em parte devido a falta de uma reforma agrária para o país. De um lado, existem os interesses do operariado e do campesinato e, de outro, da pequena burguesia (o que muitos adoram chamar de “classe média”), da burguesia nacional e do grande capital. Essa intensificação da contradição social levará esse *Estado* desenvolvimentista (ou *Estado populista*) à bancarrota e gerará um impasse político – que colocará termo ao plano de investimentos nos setores sociais do governo João Goulart – que culminará no golpe de 1964.

A ditadura militar brasileira, como todas as ditaduras latino-americanas, exorciza o fantasma do “socialismo”, para dar então garantias aos seus credores europeus e, sobretudo, estadunidenses. O regime é articulador de uma completa integração do sistema de produção nacional ao sistema imperialista, por meio de investimento estrangeiro direto, de uma ulterior subordinação tecnológica e da penetração de excesso de capitais provenientes dos países centrais (ou da entrada de capital externo). Esses fatores proporcionaram o desenvolvimento de uma burguesia monopolista, resultando numa mais aguda centralização de capital e na proletarização da pequena burguesia.

Houve assim uma transformação do bloco político dominante e a destruição do que ficou conhecido como “pacto nacional”, ou seja, um pacto entre as classes voltado para o desenvolvimento nacional (a industrialização nacional) e a realização de políticas sociais. O novo Estado, ou Estado ditatorial, encarna exatamente a nova forma de dominação que tem como eixo a realização dos interesses das frações monopolistas burguesas nacionais e, sobretudo, estrangeiras.

Um maior entrelaçamento com o capital estrangeiro

Os planos econômicos estabelecidos na época da ditadura militar tiveram uma correspondência direta com os interesses do grande capital. O objetivo dos programas militares era incentivar para modernizar e, assim, sair do subdesenvolvimento mediante o maior grau de abertura da economia brasileira ao comércio e ao movimento de capitais com o exterior.

Com efeito, nesse período as exigências acumulativas do capital excedente do centro do sistema resultaram num marcante e crescente endividamento externo dos países periféricos, no qual está inscrito o Brasil. O Estado, nos países periféricos, desempenhou o papel de receptor de capitais excedentes dos países centrais que estavam vivenciando a fase final de ascendência do capital global. A transferência de capitais e do pagamento de dívida

astronômica mediante juros crescentes (ao sabor do mercado, ou seja, com total liberdade na fixação dos juros), implicará uma maior submissão desses Estados periféricos e os colocará em condições extremamente desfavoráveis na travessia da crise, iniciada em meados dos anos de 1960 nos Estados Unidos e em 1970 na Europa, que se amplificará e na qual estamos todos hoje completamente submergidos.

O programa econômico brasileiro na época da ditadura foi o resultado de uma monumental entrada de capital estrangeiro, com a qual se objetivava realizar a infraestrutura necessária ao desenvolvimento do país, com ênfase em setores como transporte e telecomunicações. Esse Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) foi essencialmente proporcionador de um desenvolvimento ulterior do parque industrial e estimulador de exportações. A inflação foi controlada, houve o nascimento de novas empresas estatais, o crescimento de outras empresas controladas pelo Estado e um considerável aumento da presença de empresas estrangeiras e, assim, da produção de bens de consumo duráveis – permitindo uma ampla apropriação de mais-valia global, própria da nova Divisão Internacional do Trabalho e da centralização de então do capital. A presença hegemônica de multinacionais, a consolidação de oligopólios e o endividamento externo brasileiro aumentaram ainda mais a dependência do país e caracterizaram um modelo de desenvolvimento na época dos militares conhecido como dependente-associado.

O êxito das políticas econômicas do período da ditadura ficou conhecido como o “milagre econômico”. O “milagre” que foi, sobretudo, o fruto de uma intensa exploração e de uma política econômica absolutamente rigorosa de contenção salarial, ou seja, de arrochos salariais para os trabalhadores do país. Tinha como um de seus mecanismos uma disposição tributária (que incide mais sobre o consumo do que sobre a renda) que diminuiu ulteriormente o poder aquisitivo do trabalhador e aumentou o seu empobrecimento.

Os anos de chumbo legaram aos trabalhadores brasileiros uma espiral de empobrecimento e superexploração. A concentração de renda cresceu ostensivamente e isso só foi possível devido à repressão desencadeada pelo Estado contra as massas assalariadas. Todos os órgãos de luta e suas lideranças foram premeditadamente aniquilados e substituídos, em sua maioria, por sindicalistas ligados à burocracia estatal ou às multinacionais. Não por acaso, a chamada Doutrina de Segurança Nacional, a “encarnação” brasileira da doutrina da contrainsurgência (ligada ao período da Guerra Fria), consistiu num conjunto de ideias fundamentais para potencializar as estruturas repressivas do Estado e, assim, facilitar e garantir o desenvolvimento desse modelo capitalista associado-dependente.

No entanto, e muito rapidamente, a economia brasileira passa a enfrentar dificuldades

para assegurar o seu “equilíbrio” econômico. Impulsionados a manter o ciclo de “crescimento e estabilidade” – fundamental, junto à censura nos meios de comunicação, para legitimar e conservar os militares no comando do país –, o modelo econômico então vigente foi “sustentado” e para isso era necessário debitar-se de mais a mais. Disseminou-se a falsa ideia de que o país poderia ainda crescer e ser criador de renda, através de uma alta produtividade e, assim, em grau suficiente a poder gerenciar a dívida externa e tirar o país do subdesenvolvimento. Nasce então o segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (IIPND), mais arrojado que o primeiro. Esse programa promove a criação de novas empresas estatais. Surge nesse momento a usina hidrelétrica de Itaipu, a Petrobrás ganha subsidiária e as empreiteiras fortalecem-se – e com elas se aprimoram as relações promíscuas entre os interesses privados e os órgãos públicos.

Não contavam os militares com a dimensão “longeva e duradoura” da crise iniciada na década de 1960/1970. Ao deixarem o poder em 1984, a dívida externa era enorme, de aproximadamente 100 bilhões de dólares, o que significava 54% do PIB, quase oito vezes mais elevada do que na época em que eles se apossaram do poder em 1964; a dívida era então de 12 bilhões de dólares. Era impossível controlar a inflação; em 1985, esta apresentava o índice de 223%, e quatro anos depois passou a ostentar um índice de 1.782%.

É com essa “herança maldita”, ou dívida estratosférica, que o Brasil, com a sua economia estagnada, adentra o período que alguns economistas costumam designar “era neoliberal” do capitalismo global. Com efeito, o Brasil, desde longa data, já vivia uma “relação promíscua” com o capital global, já se achava completamente subjugado – e nas piores condições – aos “imperativos objetivos de reprodução e acumulação do sistema do capital” (Mészáros). É quando se instala globalmente o período de crise crônica e estrutural.

O capital em crise tem necessidade, imediata e diretamente, de toda a mais-valia produzida pelo planeta, para realizar assim a sua acumulação global. Se os países que vivenciaram a experiência do Estado de bem-estar social se veem hoje dobrados em face do capital, a condição dos países do capitalismo tardio e dependente-associado, que se beneficiaram de rarefeitas políticas públicas como o Brasil, é a de pleno esfacelamento. De um modo ou de outro, nenhuma nação pode hoje desenvolver a sua economia nacional autonomamente, seja ela os Estados Unidos ou a China⁷, seja ela a Argélia ou o Brasil. Suas economias “nacionais”

⁷ É importante lembrar, e a China não é a exceção, que as "sociedades pós-revolucionárias" (URSS, Cuba, etc.) viram o surgimento de uma nova forma de exploração do trabalho pelo capital; novo, porque o Estado detinha os meios de produção, mas também porque, além disso, manteve a exploração de trabalhadores e proletários pelo trabalho assalariado. Esta exploração de trabalhadores e proletários através de salários é precisamente o capital em qualquer parte do mundo: o trabalho que produz capital é o trabalho do proletariado. Como Marx explicou

estão subjugadas aos ditames de acumulação do capital, realizada cada vez mais por meio da especulação financeira e mundializada.

Observemos os anos de 1990. Ainda que a economia brasileira tivesse voltado a se beneficiar de certa estabilização monetária, com o Plano Real de FHC, que ancorou de forma artificial a moeda a uma taxa de câmbio fixa e valorizada – favorecendo assim um pouco mais a casta burguesa da exportação –, esse “novo” regime de acumulação, que continua o seu percurso de crescimento dependente, baseou-se numa especialização regressiva do parque industrial produtivo. Seguiu assim a tradição de subordinação tecnológica brasileira e a nova tendência mundial de reestruturação produtiva, logrando um marcante desequilíbrio nas contas externas⁸, e continuou, como no período dos governos anteriores (Sarney, Collor e Itamar Franco), o processo de privatização de empresas públicas, com um índice elevado de desemprego, pobreza, fome e violência urbana e rural.

Na época dos governos do Partido dos Trabalhadores, especialmente na gestão de Lula, houve, ainda que por um brevíssimo período, um crescimento econômico no Brasil. Pela primeira vez, as reservas internacionais tornaram-se maiores que a dívida externa – o que chegou a chamar a atenção do FMI e da mídia internacional. A taxa média de crescimento passa a ser de 3,5%⁹, enquanto no período anterior (1994-2003) era de 2,5%. Essa conjuntura orgânica favorável de acumulação de capital em nível nacional apresentou-se devido, por um lado, às empresas multinacionais terem conseguido explorar enormemente os recursos naturais e beneficiarem-se da mão de obra barata e qualificada brasileira e, por outro, a um marcante crescimento das exportações (o chamado *boom de commodities* brasileiro, ligado à monumental expansão econômica da China) e, assim, um elevado *superávit* que chegou a atingir 23% durante o biênio 2005/2006. É nesse contexto que o governo petista consegue efetuar algumas políticas sociais, ou o assistencialismo social.

Após a agudização da crise mundial em 2007/2008, que será ainda mais fortemente sentida no Brasil entre os anos de 2013/2014, o PIB volta a cair e o país torna a viver a sua

corretamente, o capital é uma relação social da qual o excesso de trabalho é extraído pela redução do trabalho à mercadoria. A remuneração salarial é a expressão cotidiana dessa relação alienada.

⁸ O Brasil começa a ficar mais dependente de “capital volátil” (capital especulativo) para equilibrar suas contas externas. Esse recurso é sempre muito arriscado, porque esse capital pode deixar o país tão rápido como entrou. O Banco Central americano, por exemplo, pode querer, devido ao aumento da taxa de juros, retirar esses “estímulos monetários” e praticá-los em outros países. A utilização das reservas internacionais constitui uma alternativa para que o país possa enfrentar uma saída abrupta de capitais estrangeiros, mas sua utilização corre o risco de rebaixamento do *rating* (notas de créditos emitidas por agências de classificação de risco sobre a qualidade de crédito) pelas agências internacionais de classificação de risco. O equilíbrio das contas externas é fundamental para que o país possa ter algum crescimento econômico, sem um maior endividamento externo.

⁹ Com exceção do crescimento excepcional de 2010, com um índice de 7,5%.

alternância entre estagnação e recessão econômica. Em 2015 foi então aprovada a “Lei da Terceirização” para piorar ulteriormente o flagelo social. Após o golpe de Estado efetuado pela quadrilha de Temer em março de 2016 – em conluio com as multinacionais, com a ultraconservadora burguesia brasileira e sua casta evangélica do *agrobusiness*, sempre muito interessadas em rebaixar ainda mais a remuneração do proletariado brasileiro –, artifícios jurídico-políticos avassaladores foram impostos à massa de trabalhadores nesse período de grave recessão econômica, como, por exemplo, a chamada “Reforma Trabalhista”.

Com o atual governo protofascista de Jair Bolsonaro, eleito em 2018, vieram os cortes ainda mais bruscos nos gastos públicos, na saúde, na educação etc. Como não poderia deixar de ser, para facilitar a vida da ultraconservadora burguesia brasileira latifundiária e de origem escravista, houve uma facilitação ao porte de armas, a liberalização do uso de centenas de agrotóxicos banidos em outros países, a revisão (para a aniquilação) de concessões de áreas de proteção ambiental e de reservas indígenas e um completo relaxamento na fiscalização sobre o desmatamento e sobre as situações de trabalho escravo contemporâneo. Atualmente, está sendo levada a cabo a draconiana “Reforma da Previdência”.

Da crise cíclica à crise estrutural do capital

Segundo István Mészáros, a crise atual não é somente cíclica, ou seja, aquela que ocorre periodicamente, em intervalos mais ou menos longos de tempo, mas sim uma crise estrutural do capital. Ela afeta todos os países do planeta sem exceção.

Nas palavras do autor:

Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda a história – o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado (Mészáros, 2002).

O autor de *Beyond Capital* explica que no século XX, especialmente com a formação do Estado tipo keynesiano ou com a formação do Estado intervencionista de tipo soviético, vivenciamos tentativas, na realidade fracassadas, que visavam à superação das limitações sistêmicas do capital. Com esses experimentos houve uma “hibridização” do sistema do capital, comparado à sua forma econômica clássica, mas não soluções estruturais viáveis.

O sistema nunca conseguiu, na realidade, garantir a larga e irrefreável expansão do

capital sem esse “auxílio externo”, porquanto sempre exigiu a presença gerencial e cada vez maior do aparato estatal. Essa crescente “intromissão” do Estado no processo socioeconômico de reprodução próprio do sistema do capital foi o meio encontrado para superar seus imediatos obstáculos e conter suas graves “disfunções”, mas foram ignorados, no final das contas, os perigos dessa intervenção para a sua própria viabilidade. O que é possível constatar é que, após os anos de 1960/1970, instaura-se a chamada “crise crônica de acumulação do capital, enquanto um problema estrutural grave” (Mészáros faz referência aos estudos de Paul Swezzy e Harry Magdoff).

Abrimos aqui um parêntese para afirmar que é fundamental a concepção de que o Estado sempre foi uma esfera necessária, desde o seu surgimento, para assegurar o poder dos que possuem (os proprietários) sobre os que não possuem propriedade (mas apenas a força de trabalho), cuja relação se funda num irreconciliável antagonismo. Com o Estado assegura-se o usufruto privado e individual da riqueza socialmente produzida, e o poder político que essa esfera gerencia está associado e subordinado – ainda que não completamente reduzido – aos interesses reprodutivos do capital e ao poder material que este exerce sobre a sociedade.

É possível afirmar ainda que a atual crise do capital torna-se cada vez mais profunda, afetando cada aspecto da vida, desde as dimensões reprodutivas diretamente materiais às mais mediadas dimensões intelectuais e culturais. Essa crise atual apresenta o problema insurmontável do desemprego, a destruição desenfreada da natureza e a redução da utilização da mão de obra, ou melhor, do trabalho produtivo, do trabalho produtor de riqueza, uma vez que a prioridade da acumulação do capital deslocou-se da esfera produtiva – que é aquela ainda ligada ao período do *New Deal*, ou da era do “compromisso fordista” (Bhir, 1991) –, e dirigiu-se cada vez mais para a esfera especulativa, para a realização acelerada dos ganhos financeiros próprios dessa nova era de mundialização do capital (Chesnais, 1997).

A esse propósito, Tom Thomas (2015, p.19) observa:

[...] la crise actuelle présente un épuisement structurel des gains de productivité. Autrement dit un épuisement de l'accroissement de l'extraction de la plus-value sous la forme relative, la seule qui permette une poursuite, autre que ponctuelle et éphémère, de la valorisation du capital (c'est-à-dire de la croissance) de l'époque moderne (production de masse très mécanisée, nécessitant une consommation en augmentation constante). Épuisement insurmontable puisque les gains de productivité passés ont fini par abaisser à un tel point la quantité de travail productif de la plus-value employé par le capital, donc la valeur des marchandises que mesure cette quantité, que le mouvement de la valorisation de cette valeur (la production de plus-value) stagne, et même régresse (mouvement de dévalorisation) [...] ¹⁰.

¹⁰Afirma ainda Tom Thomas (2012): «il faut d'abord rappeler que le capital n'est pas une chose. Dans son

A partir do final dos anos de 1980, nos países avançados, e dos anos de 1990, nos países periféricos, é a própria esfera estatal que promove a abertura dos mercados e libera o acesso do capital privado àquelas atividades que antes eram largamente delegadas ao Estado (saúde, educação, fundos de previdência privado por capitalização etc.). É, nesse sentido, uma grande falácia a tese dos neoliberais de que é necessário “um Estado mínimo”, pois um Estado intervencionista é causador da chamada “crise fiscal”, impedindo assim o crescimento econômico e o sobrepajamento do desemprego e, por isso mesmo, é imprescindível limitar o protagonismo dessa instituição – já que o mercado é “autossuficiente e autorregulador”. O Estado, na realidade, sempre atuou de forma decisiva na implementação das medidas neoliberais; ele entra na nova era de acumulação em escala global como agenciador dos apetites insaciáveis do capital.

Não é também coerente a tese dos defensores do intervencionismo keynesiano, ou do Estado sob o poder dos trabalhadores e seus representantes, de que é possível reverter a tendência da atual crise do capital através de uma melhor utilização dos aparatos estatais (político, jurídico, legislativo, militar etc.). O Estado e seus aparatos sempre foram fundamentais ao processo de acumulação e expansão de capital. Se observarmos bem, para todas essas correntes o Estado é concebido como uma esfera autônoma, e tudo seria uma questão de aumentar ou de minimizar a sua função para enfrentar a atual crise. Essa crença de que existe uma separação entre economia e política (Estado) favorece exatamente o ocultamento da exploração do trabalho, que é a fonte real da riqueza, pelo capital. Tal concepção reproduz, intensifica e não supera a antinomia entre liberdade formal e desigualdade social real (Marx).

Não é por acaso que estamos vivenciando em todos os cantos do mundo a retração progressiva da função do Estado na implementação de políticas sociais, as privatizações das empresas (antes nacionais), a reforma da previdência, tributária, administrativa, trabalhista, sindical, universitária etc., ao lado dos artificios jurídico-políticos, que objetivam aniquilar todas as barreiras legais para a penetração de capital privado em áreas agora atrativas à busca de lucros. Os governos, enquanto “personificadores do capital”, estão essencialmente

essence, c'est un rapport, historiquement spécifique, d'appropriation privée des moyens de production dans lequel ces moyens et leurs propriétaires sont non seulement séparés de ceux qui les utilisent mais s'opposent à eux, les dominant et les écrasant. Dans son existence, le capital est valeur se valorisant. Il n'existe que comme valorisation et donc accumulation permanente. Ce sont ces 'utilisateurs', les prolétaires qui produisent cette valeur supplémentaire, ou plus-value, de par le fait bien connu, découvert par Marx, que l'ouvrier reçoit sous forme de salaire, une quantité de travail social (de valeur) moindre que celle qu'il a fourni». Tom Thomas, «Sur le thème de l'abolition de la condition de prolétaire».

submetidos à ordem social metabólica do capital. Tendem assim a assumir medidas que desencadeiam ou aumentam a precarização do trabalho, reduzem o valor real dos salários, fazem crescer o índice de desemprego, da pobreza e da violência em seus diversos modos (crise penitenciária, crise imigratória, xenofobias, sexismo etc.), intensificando o antagonismo social.

É importante ter em conta que o keynesianismo em nenhum momento contrariou os interesses do capital; ao contrário, foi uma estratégia de recuperação da acumulação do capital impulsionada pela crise dos anos 1920/1930. O próprio Keynes posicionou-se em defesa dos interesses do individualismo burguês sem nenhuma dissimulação ou retórica socializante, quando proprôs (ao observar, inclusive, a experiência soviética) a “ampliação das funções do governo”, uma maior intervenção do Estado na infraestrutura, nos investimentos financeiros e no incremento do consumo, para fazer crescer a lucratividade. Se observarmos bem, no período anterior à experiência keynesiana, a reprodução ampliada do sistema era garantida por meios fundamentalmente econômicos, ficando o poder político (o Estado moderno) restrito apenas a algumas funções básicas de garantia da ordem e da propriedade, de legitimação ideológica e de sustentação jurídico-legal¹¹.

O esgotamento do keynesianismo, após 30 anos de *Welfare State*, e a solicitação, na era neoliberal, cada vez mais intensa da “ajuda estranha” do Estado para saciar a infindável demanda de acumulação, nos levam a crer que a diversidade de recursos “milagrosos” desse sistema está se exaurindo. O que observamos a olho nu é que a mediação política do Estado torna-se cada vez mais autoritária e repressiva sobre os trabalhadores, visando exatamente a contenção do descontentamento e da revolta social diante da completa incapacidade do capital de oferecer condições materiais de existência minimamente aceitáveis.

Além da sua função cada vez mais agudamente repressiva, o Estado passa, na nova era de crise sistêmica que se aprofunda, a transferir parte do excedente de capital sob a forma de impostos aos capitalistas, os quais usufruem dos fundos públicos para realizar os seus investimentos. O Estado é convocado a atuar diretamente na contraposição à tendência

¹¹ Ainda que não possamos encontrar em Antonio Gramsci uma discussão mais detalhada sobre a função do Estado na regulação da economia, feita pelo economista liberal John Maynard Keynes (sugestão de leitura sugerida por Sraffa a Gramsci), é interessante notar as observações de Gramsci sobre a crescente predominância do capital financeiro sobre o capital industrial, sobre a transnacionalização do financeiro como a afirmação de um novo tipo de imperialismo. Gramsci havia observado a nova função que o Estado, na era do *New Deal*, vinha assumindo enquanto criador de liquidez, ou seja, do Estado como investidor, como agente econômico direto e também “interventor”. Explicou ainda que esse “capitalismo de Estado”, suscitado pelo movimento do capitalismo mesmo e pelas crises que são inerentes ao seu modo de produção, gera empresas públicas que não são modelos preliminares de socialismo, mas parte integrante do capitalismo (*Q 7*, § 40, p. 889).

descrescente da taxa de lucro. Ocorre assim um deslocamento dos gastos estatais (nunca tão altos como a partir dos anos de 1980) que migrarão dos gastos sociais para as despesas militares, subsídios à iniciativa privada, apoio a instituições financeiras (salvamento de bancos) e cumprimento do pagamento de juros da dívida pública, sobretudo nos Estados dos países periféricos. O Estado joga assim o velho jogo de uma maior proteção da apropriação privada e, por consequência, da atual aberrante concentração de riqueza (ler, por exemplo, os inúmeros relatórios Oxfam) e, nesse ínterim, joga, também, o velho jogo da “socialização das perdas”.

Ainda hoje grande parte dos militantes de esquerda no Brasil e no mundo pensa ser possível transformar a função social do Estado e utilizá-lo como agente facilitador das lutas e conquistas sociais simplesmente ao ocupar seus espaços decisórios primordiais. O falimento histórico do reformismo social-democrata nos oferece uma demonstração cabal da irreformabilidade do sistema. A crise estrutural profunda em que estamos todos submersos, com seus perigos para a sobrevivência da humanidade, profere de maneira aguda sua incontornabilidade. Fazer assim uma crítica radical ao Estado, incluindo suas instituições ditas democráticas, principalmente o parlamento, é indispensável, porque é o primeiro passo – ainda que não determinante – para a construção de sua supressão. Para a perspectiva da emancipação do trabalho, e assim, da necessidade de se constituir um novo metabolismo social pautado pelo *trabalho associado*¹², a luta deve concentrar-se num sujeito político coletivo convicto e determinado a superar o capital por meio de uma revolução socialista e mundial, e não através da repetição do mantra da estatização.

Conclusão

Seja no seu formato capitalista ou “híbrido”, esse sistema sempre teve a sua expansão conduzida pela acumulação, e sua sobrevivência é devida ao seu modo de reprodução ampliado. O sistema do capital é essencialmente antagonico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa total e incessantemente o autêntico poder de tomada de decisões. É por ser esse antagonismo social estrutural que o sistema do capital é

¹²O conceito de trabalho associado é extremamente contemporâneo. Trabalho associado, ou trabalho dos produtores associados, significa trabalho que permite o controle livre, consciente, coletivo e universal do processo de produção e distribuição da riqueza. Sua forma de organização terá que ser muito mais sofisticada e complexa do que a que conhecemos hoje com o capitalismo, e deve imediata e necessariamente ser global. Com o trabalho associado será superado o controle do trabalho intelectual sobre o trabalho manual e toda a hierarquia que necessariamente acompanha o trabalho alienado. (Tonet e Lessa, 2012, p. 58).

propriamente irreformável e incontrolável.

Faz-se necessário, mais do que nunca, ultrapassá-lo e colocar em seu lugar uma forma radicalmente diferente de reprodução do metabolismo social, forma essa orientada para a satisfação das necessidades humanas; um modo de intercâmbio humano controlado não por um conjunto de determinações materiais fetichizadas, mas pelos próprios produtores associados.

É por isso que hoje uma retomada do movimento operário revolucionário na condição de sujeito político coletivo é necessária e urgente. Esta retomada revolucionária deve ser o objetivo principal, essencial, das organizações partidárias e sindicais de esquerda do Brasil e das organizações partidárias e sindicais de esquerda do planeta. Tais organizações terão de ter efetivamente como desdobramento a emancipação dos trabalhadores, e não o reformismo e o assistencialismo social.

As revoluções necessárias, que podem ocorrer, devem, acima de tudo, internacionalizar-se rapidamente. Nesse período de crise estrutural, o sistema do capital tornou-se uma totalidade global tão articulada que as revoluções só assim podem ser eficazes e conseguir derrotar o capital como um todo. Essas revoluções serão somente efetivas se se desenvolverem muito rapidamente em direção ao socialismo, ou perecerão diante da contrarrevolução. Hoje, na economia globalizada, foi oferecida uma real possibilidade, que não existia antes da crise estrutural: aquela de desenvolver as forças produtivas em escala mundial e, assim, uma viável integração e união do proletariado em nível internacional para enfrentar o capital. Tudo isso confirma ainda mais as teses fundamentais de Karl Marx.

Referências

Alain Bihr, *Du «Grand soir» à «L'alternative». Le mouvement ouvrier européen en crise*, Paris: Les éditions ouvrières, 1991.

Antonio Carlos Mazzeo, *Burguesia e capitalismo no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

Antonio Gramsci, *Quaderni del carcere*, 8. éd., Turin : Einaudi, 2004. Édition critique de l'Institut Gramsci organisé par Valentino Gerratana.

Caio Prado Jr., *A revolução brasileira*. São Paulo: brasiliense, 1968.

Carlos Guilherme Mota, dir., *Brasil em perspectiva*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

François Chesnais. *La mondialisation du capital*. Paris: Syros, 1997.

Fernando Claudín, *La crisis del movimiento comunista. De la Komintern al Kominform*, Paris: Ruedo Ibérico, 1970.

Florestan Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica*. São Paulo: Zahar, 1979.

Georges Lukács, *Ontologie de l'être social. L'idéologie, L'aliénation*. Traduction de l'allemand vers le français de Jean-Pierre Morbois, révisée par Didier Renault. Paris: Delga, 2012.

Georges Lukács, *Ontologie de l'être social. Le travail, la reproduction*. Traduction de l'allemand vers le français de Jean-Pierre Morbois, révisée par Didier Renault. Paris: Delga, 2011.

István Mészáros, *Beyond Capital (Towards a Theory of Transition)*. London: Merlin Press, 1995.

István Mészáros, *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

Ivo Tonet e Adriano Nascimento, *Descaminhos da esquerda: da centralidade do trabalho à centralidade da política*. São Paulo: Alfa & Omega, 2009.

Ivo Tonet, *Democracia ou liberdade?* Maceió: Edufal, 1997.

Ivo Tonet, Trabalho associado e extinção do Estado. *REBELA - Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, dez. 2013.

Ivo Tonet, O grande ausente. *Novos Rumos*, n. 10, set. 2014, p.24-38.

Jacob Gorender, *A burguesia brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

Karl Marx, *O capital: crítica da economia política*. Traduction de l'allemand vers portugais par Regis Barbosa et Flávio Kothe. São Paulo : Nova Cultural, 1985.

Marcelo Manzano, Carlos Salas e Anselmo Luis dos Santos. "O Brasil nos últimos vinte anos: em busca de um novo regime de acumulação". *Carta Social e do Trabalho*, n. 25 – jan./mar. 2014.

René Armand Dreifuss, *1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe*, Petrópolis, Vozes, 1981.

Rui Fausto, *História do Brasil*. São Paulo: USP, 1997.

Tom Thomas, *2015: Situation & perspectives*. Paris: Jubarte, 2014.

Tom Thomas, «Sur le thème de l'abolition de la condition de prolétaire». Texte de la conférence donnée par Tom Thomas à Lyon le 16 novembre 2012 à l'invitation de

l'association Table Rase. [en ligne], 2012. Disponible sur:
<http://www.demystification.fr/blog/sur-le-theme-de-labolition-de-la-condition-de-proletaire/>